

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM MOVIMENTO

Autor (1) Simone Almeida Mendes.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Pós-Graduação – Especialização em Saúde Família-Lato Sensu. simone.mends@hotmail.com

Resumo do artigo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os desafios da Educação do Campo, partindo da história apresentada e construída pelos movimentos sociais, com ênfase na participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ao longo de sua trajetória vinculou a luta pela Reforma Agrária com a luta por uma educação emancipatória, que fica evidente na construção do Setor de Educação do movimento e na sua proposta pedagógica. Percebe-se que a luta pela terra não se dá de forma isolada e que há outras lutas muito importante para a construção dos sujeitos e do Movimento, dentre elas, a luta pela educação dos camponeses. Pensar a educação do campo é refletir sobre os aprendizados coletivos que educam cotidianamente as pessoas inseridas naquele meio, num contexto que trabalha com as relações econômicas, sociais e políticas, e com essa diversidade de relações se multiplica os caminhos para se falar da educação do campo. Sistematizar um modo contra hegemônico desse modelo que impõe a forma da produção do conhecimento e com isso transforma as relações de poder e de desenvolvimento de um país. A educação do campo é uma reivindicação dos movimentos sociais, para que seja implementada a política pública nas áreas rurais, e um modelo de educação feito pelos camponeses, que alia a educação a luta pela reforma agrária, por soberania alimentar e trabalho digno. Todo esse processo traz a importância da democratização do ensino, do conhecimento, que trará novas perspectivas para o campo e para os sujeitos que nele vivem e trabalham, para que eles mesmo possam modificar o ambiente em que vivem, serem protagonistas da sua própria história, entendendo que o conhecimento não advém apenas da escola ou das ciências, mas que as vivências e a realidade concreta contribuem para a formação enquanto sujeitos plurais.

Palavras-chave: Educação do Campo, Movimentos Sociais, Educação.

Introdução

A educação no nosso país sofre os rebatimentos do modo de produção capitalista que tem um modelo regido pela grande elite burguesa que a tudo domina e torna em mercadoria, por isso, diante do mesmo não visa às necessidades dos sujeitos, enxerga apenas a qualificação de mão de obra barata para atender a essas demandas de mercado e na produção de valores morais que fortalece os interesses dominantes, e por isso cada vez mais se torna necessário o processo de democratização do ensino, que atenda às necessidades de todos, pois para Fernandes (1966), enquanto a educação não for vista como reflexo das condições sociais, os sujeitos não lutarão por ela.

É sabido que os índices de analfabetismo dos povos do campo chegam a 28,7%, portanto, maiores que nas zonas urbanas. Nos acampamentos e assentamentos do MST, conforme a última pesquisa do INEP, essa realidade não é diferente, pois cerca de 23% da população adulta é analfabeta; o que tem sido diferente

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

é a vontade e determinação dos milhares de homens e mulheres que organizados no Movimento se recusam a permanecer na condição de excluídos do acesso ao conhecimento. (ARAÚJO, 2007, p 169)

Os desafios da educação do campo são diversos, e enfrentar a política educacional dominante é um deles, pois ainda traz o modelo que interessa a burguesia, dominada por grandes empresas e que traz a falsa ideia de inclusão, mas que não inclui diversos segmentos, com um modelo onde apenas uma minoria tem acesso, e com uma educação voltada para formação de mão de obra especializada que terá acesso a empregos bem remunerados, enquanto a maior parte fica à mercê de trabalhos precários. (MST, 2014)

Metodologia

Esta pesquisa teve o objetivo principal de apresentar a luta dos movimentos sociais pela garantia de direitos, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que traz como uma de suas lutas a educação, e fruto dessa organização trazer a importância da educação do campo e um dos seus programas. Para se realizar a pesquisa científica é necessário que se trace caminhos para que ela possa se concretizar com um conjunto de técnicas para averiguação e ter melhor organização do mesmo.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que “o método é a alma da teoria” (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. (MINAYO, 1994, p. 16).

Toda pesquisa tem importância desde que proporcione conhecimento e a metodologia requer bastante atenção do pesquisador. Para a realização dessa pesquisa preferimos pelo uso da pesquisa bibliográfica, pois a finalidade do trabalho foi apresentar dados sobre o processo de educação do campo no Brasil, baseado em livros, artigos científicos, revistas, dissertações e teses sobre os respectivos assuntos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2008, p 50).

A pesquisa documental tem o objetivo de descrever ou investigar sobre algum processo histórico com intuito de analisá-lo,

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. (Piana, 2009, p 122)

Com a pesquisa bibliográfica e documental é possível obter um maior aprofundamento teórico dos dados utilizados, para melhor apreensão do conteúdo. Segundo Minayo (1994) o pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto.

Resultados e Discussão

A educação no meio rural, por motivos socioculturais, sempre foi secundarizada, tendo a população do campo o direito negado as políticas educacionais ao longo dos anos, visto que essas áreas são dominadas hegemonicamente pelo latifúndio e o agronegócio, pela concentração fundiária, e que tem um projeto de campo onde não cabem os camponeses apenas os lucros e destruição da natureza,

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. Além da pressão econômica a reprodução ideológica dos interesses de classe das classes dominantes é agora realizada pelos meios de comunicação de massa. (MST, 2014 p 26)

No campo do agronegócio a produção é hegemonicamente para a exportação, pois trabalham com monoculturas, dentre elas a soja, e como há uso de muita tecnologia e insumos, os trabalhadores do campo saem para vir morar na cidade, o êxodo rural, que diminui cada dia mais a quantidade de pessoas vivendo no campo. Já a agricultura camponesa trabalha com diversas culturas, enriquecendo a diversidade biológica, fornece a produção para o mercado interno e também para a exportação, com uso de tecnologias, mas que incluem os

saberes dos camponeses, gerando emprego e renda, fazendo com que permaneçam no campo.

Também não é de interesse da burguesia que os trabalhadores do campo tenham acesso a expansão do ensino porque eles precisam que a maior parte seja essa mão de obra sem qualificação, pois assim podem explorar ainda mais o seu trabalho, então há amplo interesse para que o ideário de que a cidade é provedora do desenvolvimento e o campo é o espaço do atraso e a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual permaneça e se perpetue.

Pensar a educação do campo é pensar diretamente sobre a Reforma Agrária, pois o projeto de educação libertadora e mais humana não cabe no projeto do latifúndio, e se a luta é por educação pública e de qualidade, ela se materializará num campo sem exploração dos homens e mulheres, e da natureza.

No Brasil nunca houve Reforma Agrária, e com isso a concentração de terras aumenta a cada ano, e é feito pelo Estado apenas a desapropriação de algumas fazendas e assentando as famílias nesses lugares. Os movimentos sociais como MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros, defendem um projeto de Reforma Agrária Popular para o país, que tem a proposta de distribuição de terras aliada a instalações de meios para o desenvolvimento local, desde agroindústrias cooperativas a educação em todos os níveis de ensino, assim como valorização da cultura local, para que a permanência no campo se der de forma digna. (STEDILE, 2012)

A primeira menção a educação rural na parte jurídica no Brasil só apareceu em 1923, nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e de 1967 é registrada uma referência a educação rural, mas de forma referente a educação com base no modelo da elite latifundiária. (Fernandes, 2002).

Em 1988 foi aprovada a Constituição Federal, que afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi outro fato importante que deram novos ares para continuar a luta nos marcos legais, e outros marcos sucederam, como a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) referente as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (CALDART, 2012)

A aprovação das Diretrizes representa um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é o espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo passo dessa caminhada de

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

quem acredita que o campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão *urbanóide* e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como modelo de país moderno. A modernidade é ampla e inclui a todos e a todas, do campo e da cidade. Um país moderno é aquele que tem um campo de vida, onde os povos do campo constroem as suas existências. (Fernandes, 2002, p 62-63).

A questão do território é algo importante a ser analisado, pois segundo Fernandes (2006), a educação, valores, cultura, organização política, trabalho são componentes das relações sociais que se efetuam em determinado espaço, ou seja, o território ele não é apenas um palco para a realização das relações sociais, os sujeitos constroem e modificam o espaço em que vivem.

O conceito de Educação do Campo, para Caldart (2008), ainda é muito recente, mas que já se encontra em disputa, pois se encontra em um meio de contradições sociais referentes a realidade histórica. O campo é o alicerce, pois foi nesse espaço que surgiu a Educação do Campo por meio dos conflitos existentes nesse território, da luta pela terra, por trabalho. Notando que esse conceito traça novas estratégias pedagógicas de ensino, trazendo a realidade e as relações sociais para essa nova metodologia.

É importante ter presente que está em questão na Educação do Campo, pensada na tríade Campo – Política Pública – Educação e desde os seus vínculos sociais de origem, uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um outro projeto de campo, de país, e que pelas circunstâncias sociais objetivas de hoje, implica na formação dos trabalhadores para lutas anticapitalistas, necessárias a sua própria sobrevivência: como classe, mas também como humanidade. Formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/construir esta política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação. (CALDART, 2008, p 72)

A ideia de se construir a educação do campo como política pública se consolidou, segundo Molina (2012) na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, que teve como lema “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”. A proposta se fortalece em torno da ideia da igualdade, dos direitos sociais e humanos, que ainda sofrem com a redução dos mesmos e descaso do Estado. A perspectiva de que a educação não pode ser tratada como mercadoria ganha força com a articulação dos movimentos sociais e da sociedade civil, afinal os sujeitos de direito que protagonizarão essa luta pela educação do campo.

A democracia é a única forma política que considera o conflito legal e legítimo, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade.

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

Significa que os cidadãos são sujeitos de direitos, e que onde eles não estejam garantidos, tem-se o dever de lutar por eles e exigí-los [...]. A mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade através das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras: declarado o direito à igualdade, a sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como direito real. (Chauí, 2003, p. 344 *apud* Molina, 2012, p. 592)

Segundo Caldart (2012), todo esse processo surge da luta de classe, protagonizada pelos movimentos sociais, que disputa um projeto de sociedade, que é diferente do projeto vigente por isso há tantos embates, e o que querem é o acesso ao conhecimento na sociedade, a democratização do ensino, mas sem deixar de criticar o modelo vigente, que é hierárquico, que segrega, e que deslegitima os sujeitos do campo como construtores e detentores do conhecimento.

A luta pela transformação social, de condições de vida e dignidade são essenciais para mover a indignação com a exploração sofrida cotidianamente, e com isso se faz necessário a leitura da realidade constantemente para que não se perca a o real sentido da tarefa de organizar o povo para as lutas.

O termo educação do campo, o “do” vem no sentido de afirmar esse protagonismo dos camponeses, que é uma política de educação feita por eles e para eles, e não somente com eles, que será efetivada no espaço em que vivem e que precisa ser construído por todos que fazem parte dessa dinâmica social, para assim afirmarem-se como sujeitos políticos capazes de trazer à tona as problematizações da educação. (Idem).

A disputa pela apropriação do conhecimento é central para essa discussão, pois a burguesia está cada vez mais utilizando os espaços de pesquisa, para produzir ciência que fortalecerá a manutenção e reprodução da sua hegemonia na sociedade. Conforme Arroyo (2007), o movimento de educação popular, principalmente na figura de Paulo Freire, trouxe à tona a ideia de que os oprimidos também produzem conhecimento, que não seriam apenas objetos da pesquisa, mas os sujeitos que a constroem, trouxe uma nova perspectiva para a educação e obviamente essa visão foi bastante rebatida pelos que se diziam detentores do saber. O conhecimento não é direito individual.

A pesquisa deve nos municiar para o enfrentamento da luta de classes, também no campo científico. Como nossa sociedade se divide em classes sociais, se organiza e movimenta sobre contradições e as realidades são extremamente dinâmicas, a pesquisa se converte em ferramenta de conhecimento fundamental, como práxis social vital para qualquer força política que pretenda disputar a hegemonia. (ITERRA, 2007, p. 104)

O princípio da universalização que está imbricado a luta dos movimentos sociais, trata da igualdade, da participação e dos métodos de organização, e esse ideais fortalecem a reorganização da produção do conhecimento e da organização política, pois transforma interesses individuais em interesses coletivos e apenas na coletividade é possível alguma transformação, e é nesse contexto que se reflete a construção de uma nova proposta pedagógica para a Educação do Campo, sem descaracterizar as particularidades e o modo de organização social do campo e também suas formas de resistência.(JESUS, 2006, p 54)

Outra pontuação importante sobre a educação do campo, é a questão da escola, para essa nova forma pedagógica, a escola tem um papel fundamental, mas não é o único espaço em que se pode obter conhecimentos, ela é um conjunto de práticas de educação que deve estar conectado com a realidade. Para o MST (2004) o desafio é transformar o modelo de escola que é elitista, autoritária, conteudista, burocrática, “bancária”, pragmática e fechada para um modelo mais popular, flexível, democrática de formação humana integral.

Na área da educação, segundo Caldart (2012), o Movimento produziu diversas iniciativas e publicações, cadernos e livros, como o Boletim da Educação, os Cadernos de Educação, Concurso Nacional de Redações e Desenhos, Fazendo História, Fazendo Escola, Cadernos do Iterra, Coleção Por uma Educação do Campo, Terra de Livros e Pra Soletrar a Liberdade e um encarte especial no Jornal Sem Terra, denominado Jornal das Crianças Sem Terrinha, e todo esse material tem o objetivo de ampliar as fontes de informação e ajudar no processo educacional das crianças, jovens e adultos.

O projeto de educação do campo defendido também aborda as questões que perpassam o gênero, raça e etnia, novos modelos energéticos, a diversidade de cultura, as diferenciações das gerações, a soberania alimentar, o desenvolvimento sustentável e defesa do meio ambiente, como temas fundamentais para a construção de uma educação integral. (KOLLING e CALDART, 2002).

Conclusões

A educação do campo vem se constituindo como direito ao longo dos anos por fruto de muita luta e resistência, mas ainda tem uma grande trajetória a percorrer, para que a efetivação desses direitos seja concreta. A luta pela educação é também a luta pela Reforma Agrária, por isso os movimentos sociais se articulam para que o acesso ao conhecimento seja universal e que traga as particularidades do campo e da sua dinâmica social, com suas

histórias e suas resistências.

Pensar um projeto de educação é pensar num projeto de nação e na perspectiva de um projeto popular para o Brasil, com isso o debate da educação do campo tem que entrar no debate geral de educação, pois já houve inúmeras tentativas de implementar modelos que não cabem as pessoas que vivem no campo, esse campo é habitado por diversos povos e culturas, como os quilombolas, indígenas, pescadores, assentados, pequenos agricultores, ribeirinhos, lavradores, povos da floresta, sem-terra, caboclos, meeiros, dentre tantos outros, com distintas formas de viver, produzir, de realidades e diferentes resistências.

Todo o processo de avanços e novos desafios estão vinculados diretamente a participação dos movimentos sociais na construção de uma nova sociabilidade, que foi ao longo da história - e ainda é - imprescindível para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, onde ocupar, resistir e produzir são tarefas que significam resistência e, sobretudo, são necessárias para as condições fundamentais de sobrevivência e reprodução social.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Odete Aparecida Alves. **Educação e Democracia no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal dos anos 90**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

CALDART, Roseli Salete. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ITERRA. Cadernos do ITERRA. **II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”**. 1. ed. Rio Grande do Sul: ITERRA, 2007.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa**. Questões para reflexão. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MST. Boletim da Educação. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**. II ENERA. Textos para estudo e debate. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

